



Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Denise Pereira
(Organizadora)

Denise Pereira

(Organizadora)

Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C198	Campos de saberes da história da educação no Brasil 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-455-9 DOI 10.22533/at.ed.559190507 1. Educação – Brasil – História. I. Pereira, Denise. II. Série. CDD 370
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O estudo da História da Educação sempre será muito importante para ajudar a compreender o modelo educacional que possuímos hoje, entender os possíveis erros que ocorreram de forma que possamos preveni-los e evitá-los.

Para se compreender o presente e planejar o futuro é necessário entender o passado, que neste caso é a História da Educação.

Tudo é história e tudo tem história. No processo educacional isso é ainda mais presente.

Os pesquisadores tem se interessado em compreender as ações de educação contidas na sociedade com suas diversas formas e esferas de intervenção.

Outros estudos vão de encontro com o sentido de captar as especificidades da formação e do desenvolvimento institucional observando como este modelo se articula se ao processo da construção da identidade brasileira.

Deste modo, a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem deseja compreender os diversos Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate de compreender a educação no Brasil.

Aqui, os diversos autores investigam as questões diversas destes campos dos saberes, tais como: a arte, a cultura, a história, novas metodologias, identidade brasileira, políticas educacionais, entre outras.

Espero que essas leituras possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O BORDADO NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Isabella Brandão Lara Ana Maria de Oliveira Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.5591905071	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO	
Bruna Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.5591905072	
CAPÍTULO 3	25
A ANPUH-SP E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PAULISTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS	
Ana Paula Giavara	
DOI 10.22533/at.ed.5591905073	
CAPÍTULO 4	39
DIFERENTES CENÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA PÚBLICA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL	
Dehon da Silva Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.5591905074	
CAPÍTULO 5	52
ENSINO DE HISTÓRIA EM MUSEUS: A EXPERIÊNCIA DA MEDIAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Priscila Lopes d’Avila Borges	
DOI 10.22533/at.ed.5591905075	
CAPÍTULO 6	61
O PROCESSO INQUISITORIAL 8064 À LUZ DA MICRO-HISTÓRIA	
Guilherme Marchiori de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.5591905076	
CAPÍTULO 7	71
OS PRONTUÁRIOS MÉDICOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA: O CASO DO <i>LEPROSÁRIO</i> CEARENSE ANTÔNIO DIOGO (1928-1939)	
Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.5591905077	
CAPÍTULO 8	82
PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA: O ESTUDO DO MEIO COMO PRÁTICA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
Marcos Rafael da Silva Tathianni Cristini da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5591905078	

CAPÍTULO 9	92
DIÁLOGOS POSSÍVEIS PARA A (RE)INTERPRETAÇÃO DA CULTURA MATERIAL DOS MUSEUS	
Wagner Lucas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5591905079	
CAPÍTULO 10	101
O MITO LUSITANO DO LICANTROPO E SUA HERANÇA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Maximiliano Ruste Paulino Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.55919050710	
CAPÍTULO 11	111
A FALA COMO APRENDIZADO NAS PRÁTICAS DA LIGA CAMPONESA DO ENGENHO GALILÉIA	
Reginaldo José da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050711	
CAPÍTULO 12	124
A INFLUÊNCIA DOS TUTORES NA EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS EM MARIANA (1790-1822)	
Leandro Silva de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.55919050712	
CAPÍTULO 13	131
A LEITURA DAS ATAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (1964 – 1985)	
Flávio William Brito Matos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050713	
CAPÍTULO 14	142
O CONSELHO DE INTENDÊNCIA DO SERRO/MG E A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA REPÚBLICA, DE 1890 A 1892	
Danilo Arnaldo Briskievicz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050714	
CAPÍTULO 15	155
A POLÍTICA DE INCENTIVO ÀS MANUFATURAS TÊXTEIS EM PORTUGAL SÉCULO XVII: DOS DISCURSOS DE DUARTE RIBEIRO DE MACEDO À GESTÃO DO 3º CONDE DA ERICEIRA	
Alex Faverzani da Luz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050715	
CAPÍTULO 16	172
AS RECORDAÇÕES IMPERTINENTES DE ISAÍAS CAMINHA: RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, AUTOBIOGRAFIA E LITERATURA NA PRODUÇÃO DO ESCRITOR LIMA BARRETO	
Carlos Alberto Machado Noronha	
DOI 10.22533/at.ed.55919050716	

CAPÍTULO 17	181
A PROCESSUALIDADE DE UMA POLÍTICA COOPERATIVA NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
Reginaldo Célio Sobrinho	
Edson Pantaleão	
Giselle Lemos Shmidel Kaustsky	
DOI 10.22533/at.ed.55919050717	
CAPÍTULO 18	190
CONHECIMENTOS SOBRE A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: BASE PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Giselle Lemos Schmidel Kautsky	
Reginaldo Celio Sobrinho	
Edson Pantaleão Alves	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
DOI 10.22533/at.ed.55919050718	
CAPÍTULO 19	199
DIREITOS SOCIAIS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS	
Monica Isabel Carleti Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.55919050719	
CAPÍTULO 20	210
CENTROS DE PESQUISA SOBRE A VIOLÊNCIA NO BRASIL	
Bárbara Birk de Mello	
Luiz Antonio Gloger Maroneze	
DOI 10.22533/at.ed.55919050720	
CAPÍTULO 21	221
DESAPRENDENDO O JÁ SABIDO: O “ESTADO NOVO” NO EMBALO DO SAMBA	
Adalberto Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050721	
CAPÍTULO 22	238
CINEMA, CULTURA POPULAR E MEMÓRIA NA VISÃO DO CINEASTA HUMBERTO MAURO	
Sérgio César Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.55919050722	
CAPÍTULO 23	248
DAS PÁGINAS DOS JORNAIS PARA AS TELAS: A REPRESENTAÇÃO DO ESQUADRÃO DA MORTE NO CINEMA BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1970	
Renata dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.55919050723	
CAPÍTULO 24	259
O LUGAR DO MÚSICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E REGIONAL	
Douglas José Gonçalves Costa	
DOI 10.22533/at.ed.55919050724	

CAPÍTULO 25	269
ROTAS DE TEATRO, BRASIL E PORTUGAL: ENCENAÇÕES, ENGAJAMENTO E CRIAÇÃO ARTÍSTICA NOS ANOS 1960 E 1970	
Kátia Rodrigues Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050725	
CAPÍTULO 26	281
FICCIONALIZANDO REALIDADES: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA EM “THE HANDMAID’S TALE”, DE MARGARET ATWOOD	
Isabela G. Parucker	
DOI 10.22533/at.ed.55919050726	
CAPÍTULO 27	290
ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE	
Alberto Reani	
DOI 10.22533/at.ed.55919050727	
CAPÍTULO 28	301
NO SÉCULO XVIII, OS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO	
Gilian Evaristo França Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050728	
CAPÍTULO 29	316
A METODOLOGIA KELLYANA APLICADA À TEMÁTICA INDÍGENA	
Rosemary Pinheiro Da Paz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050729	
CAPÍTULO 30	329
UMA VISÃO DOS INDÍGENAS DO SUL DE MINAS NOS RELATOS DE ALGUNS MEMORIALISTAS	
Gustavo Uchôas Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.55919050730	
CAPÍTULO 31	340
INTERCÂMBIO DE IDEIAS: CORRESPONDÊNCIAS ENTRE ARTHUR RAMOS E MELVILLE HERSKOVITS (ACERCA DA CULTURA AFRO-AMERICANA, 1935-1949)	
Heloísa Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.55919050731	
CAPÍTULO 32	352
ENSINO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO: O VALOR DA CAPOEIRA	
Jefferson Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050732	

CAPÍTULO 33 363

ESMERALDINAS, CREMILDAS E LOURDES:TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NO MOVIMENTO QUILOMBOLA NO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS/PARÁ (2005-2016)

João Marinho da Rocha

Marilene Correa da Silva Freitas

DOI 10.22533/at.ed.55919050733

SOBRE A ORGANIZADORA..... 372

DIFERENTES CENÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA PÚBLICA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL

Dehon da Silva Cavalcante

Mestrando em História Social pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL,

RESUMO: este artigo centra-se em discutir o ensino de história na educação pública de Palmeira dos Índios – AL, abordando os diferentes cenários existentes; considerando este campo de conhecimento complexo, onde coexistem vários elementos que interferem no processo de ensino e aprendizagem, especialmente a história pesquisada e a ensinada; faz-se necessário à abordagem das questões relevantes tocantes a esta temática, como a contextualização histórica desta disciplina, suas metodologias, currículos, as escolas historiográficas, os desafios deste ensino na atualidade e o livro didático. Objetivase também analisar como estes fatores são refletidos na construção do conhecimento histórico escolar. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de referencias teóricos como Selva Guimarães e Marcos Silva, entre outros, como também, a pesquisa de campo, sendo ouvidos professores de história, profissionais da educação e alunos da escola pública de Palmeira dos Índios. Neste artigo proponho abordagens sobre o ensino de historia que possam proporcionar melhor aceitação e entendimento desta temática,

como também, melhor interação entre a escola, enquanto conhecimento sistematizado e o saber popular, respeitando a cultura escolar existente.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento. Currículo. Didática. Livro. Professores.

DIFFERENT SCENARIOS: A STUDY ON THE TEACHING OF HISTORY IN THE PUBLIC SCHOOL OF PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL

ABSTRACT: This article focuses on discussing the teaching of history in the public education of Palmeira dos Índios - AL, addressing the different scenarios; considering this complex field of knowledge, where several elements interfere in the process of teaching and learning, especially the researched and taught history; it is necessary to approach the relevant issues related to this subject, such as the historical contextualization of this discipline, its methodologies, curricula, historiographic schools, the challenges of this teaching today and the textbook. It also aims to analyze how these factors are reflected in the construction of historical school knowledge. The methodology used will be the bibliographical research, using theoretical references such as Selva Guimarães and Marcos Silva, among others, as well as field research, being heard by history teachers, education professionals and students of the public school of Palmeira dos Índios . In this article I propose approaches on

history teaching that can provide better acceptance and understanding of this theme, as well as better interaction between the school as a systematized knowledge and popular knowledge, respecting the existing school culture.

KEYWORDS: Knowledge. Curriculum. Didactics. Book. Teachers.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste trabalho pretende-se discutir o ensino de história na cidade de Palmeira dos Índios - AL, comparando-o, em linhas gerais, com a forma como este ensino vem sendo ministrado nas demais localidades do Brasil. Apesar de fazer uma contextualização histórica da origem desta temática, pretendo focar mais expressivamente a partir da década de 1980, quando vários acontecimentos internacionais como o fim da guerra fria, as inovações tecnológicas no padrão internet, o fim da ditadura no Brasil e promulgação da Constituição brasileira de 1988, os quais foram significativos para a abertura de novas pesquisas referente ao ensino de história, contribuindo, dessa forma, para situar este ensino com as perspectivas e mudanças no contexto mundial e do Brasil.

Observando-se a trajetória do ensino de história em Palmeira dos Índios, bem como na maioria dos municípios brasileiros, constata-se que o ensino de história passa pelo crivo conservador, pois acompanha desde o início da formação do país, o predomínio das oligarquias dominantes, estando sujeito às políticas equivocadas dos governantes, sobretudo por não saber diferenciar, de um lado, políticas de governo de formação da identidade nacional, e do outro lado, a preservação do conhecimento histórico autônomo que corrobore com a formação cidadã.

Observa-se que a história foi sendo significativamente empregada para disseminar o ideário da formação da identidade nacional, agregando-se o nacionalismo patriótico, o culto aos heróis nacionais, como também dividindo espaço, sob o mesmo estatuto, a história sagrada e a história universal ou civil, as quais tinham o intuito de propiciarem uma educação moral ao aluno, com os preceitos voltados para o eurocentrismo e o cristianismo.

Com a criação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, deu-se o início ao ensino de história como obrigatório. A partir desta data o desenvolvimento do estudo desta temática vem sofrendo profundas transformações, o que se pressupõe como normal, pois com o passar do tempo os sujeitos históricos mudam e com eles os seus costumes, as leis e o modo de convivência em sociedade. Entretanto, o ensino de história possui as suas especificidades por se tratar de um campo de pesquisa e produção do saber que se encontra em constante debate não apenas com o ambiente acadêmico, mas com a maioria dos segmentos representantes da sociedade, que por sua vez estão distantes de obter consenso sobre os feitos e fatos pertencentes à história.

2 | O ENSINO DE HISTÓRIA NA ATUALIDADE

Atualmente não se concebe o ensino de história pautado em verdades históricas acabadas, no entanto devido às heranças do passado que privilegiavam o ensino de história pautado nos princípios da linearidade e continuidade, dando conta apenas de uma história patriótica, factual e memorizadora, perpetuaram-se no Brasil durante um longo período, pois só a partir de 1980 é que existe uma maior abertura para novas pesquisas históricas, as quais retratavam melhor a realidade do povo brasileiro.

Observa-se a existência da distância, para não dizer o abismo, em que se encontram de um lado o conhecimento sobre o passado, este contemplado pelas pesquisas acadêmicas em constante atualização, e a história ensinada nas escolas, esta por sua vez necessitando de investimentos de ordem: administrativa, estrutural e pedagógica, às quais, na maioria das vezes não acompanham as pesquisas historiográficas, nem tão pouco atende aos anseios dos alunos da educação básica do Município de Palmeira dos Índios.

Como afirma Silva (2012, p.39):

O professor passou a ser concebido e a se conceber como alguém dotado de historicidade, ser que produz, sente, vive de forma crítica, criativa, sensível, enfim, autor, produtor de saberes e de práticas educativas. Se a racionalidade técnica implicava a dissociação entre o eu pessoal e o eu profissional, entre teoria e prática, nessas novas concepções, tais dimensões se aproximam. São fluidas as relações entre a formação e a prática docentes entre os espaços de vida e de trabalho. Como movimento dialético, tem tensões, distanciamentos e aproximações.

De acordo com a citação acima, a percepção dos fatos e feitos são compartilhados mais eficazmente, na medida em que sofremos os impactos desta *invasão consensual* de novos costumes, podendo mudar os nossos reais norteadores de valores como a dignidade, a justiça, a moral e a ética, os quais alicerçam a formação dos princípios formadores de uma nação. Este conjunto de elementos desde os primeiros povoamentos no Brasil foram sendo construídos e edificados na cultura do povo brasileiro. Logo, ao persistirem alguns comportamentos não condizentes com a prática dos bons costumes atuais, devemos fazer um levante historiográfico para percebermos se tais procedimentos não decorrem das heranças deixadas pelo modo de vida dos nossos antepassados.

Vivenciamos crises financeiras que afetam significativamente o desenvolvimento do imaginário, ético e moral dos brasileiros, na mesma proporção que atinge o sistema educacional, o qual se contamina pelas ações nefastas de alguns de seus representantes ao aderir à convivência de atos ilícitos ou de não se propagar a concepção do fortalecimento da educação em todo o país, através de currículos atentos a realidade da nação, comprometidos com o ser cidadão nos dias atuais, onde tal assertiva perpassa pelo conhecimento histórico fundamentado também pelo ensino de história em sintonia com os movimentos sociais do seu povo.

Ao que se parece faltou competência em associar o ensino inovador e crítico com o ético e moral; supostamente a educação redeu-se aos interesses ideológicos e capitalistas, evidenciando-se cada vez mais as distâncias entre a classe dominante e os dominados. A partir do melhor acesso à educação, estas distâncias foram redimensionadas, passando a fase de superação dos limites, especialmente após as melhorias advindas com as transformações no processo de comunicações, as quais propiciaram com que as informações fossem propagadas em ritmo acelerado. Entretanto, faz-se necessário resgatar a memória da história individual e coletiva dos nossos antepassados, seja ela locais ou nacionais não como história factual, mas ouvindo-se a história dos silenciados, aqueles que por força do poder e da opressão não tiveram os seus nomes revelados, mas que tiveram relevante papel na construção das conquistas do povo.

O conhecimento histórico perpassa pelo debate, pelo emprego de metodologias capazes de trazer novas abordagens para o aluno, neste sentido, o professor precisa apresentar novos olhares sob o tema, fato ou conceito; esta iniciativa torna-se importante para que o aluno possa perceber que dependendo da visão e da intenção de quem narra à história, tudo pode mudar, basta pensar no exemplo, como entender o processo de formação de um bairro: pode-se vê-lo sob a ótica dos trabalhadores da região e das relações estabelecidas pelos modos de produção dos que estiveram no poder, dos grupos minoritários que habitam o local ou das manifestações culturais, entre outras possibilidades.

Durante as aulas, é impossível apresentar todas as maneiras de ver como a história foi sendo construída, mas é fundamental mostrar que ela não se construiu de uma única vertente (e que, até mesmo dentro de uma delas, pode haver várias interpretações). O professor deve favorecer o acesso a documentos oficiais, reportagens de jornais e revistas e a outras fontes.

Neste sentido, a atenção volta-se para os instrumentos que estão se materializando no cotidiano dos educandos e dos educadores, ou seja, como é urgente a necessidade de reformas curriculares de forma que se possa diminuir a desigualdade entre o saber histórico escolar, o saber acadêmico e o saber popular, os quais são fundamentais para transformação da escola pública em Palmeira dos Índios.

3 | A IMPORTANCIA DO CURRÍCULO NO ENSINO DE HISTÓRIA

O Currículo se constitui no campo distinto do conhecimento, avaliando-se a sua constituição detectamos muitos interesses que se associam e favorecem a sua concretização; são interesses editoriais, financeiros, ideológicos, políticos e culturais que convergem para uma disputa de espaço, culminando com a luta de interesses que sem dúvida vence o mais forte, ou seja, o mais articulado dentro do jogo do poder.

É sabido da herança histórica brasileira e da predileção por currículos eurocentrados, onde é estudada com maior ênfase a história global em detrimento

dos estudos da história do Brasil, deixando dessa forma de se conhecer muitos aspectos e anseios da sociedade brasileira, como as suas lutas que contemplaram as vitórias e derrotas do povo.

De acordo com Karnal (2015, p.188):

Uma análise de algumas obras didáticas recentes e com grande vendagem, para o ensino fundamental e para o ensino médio, permite, por exemplo, identificar rápida e facilmente a diluição dos conteúdos de história do Brasil. Apenas para exemplificar, em um rápido levantamento quantitativo, em um livro didático para o ensino médio, confeccionado segundo o atual modelo de volume único para as três séries, verifica-se que dos 42 capítulos apresentados, apenas 12 são efetivamente de conteúdos de história do Brasil. O mesmo pode ser observado em coleção para o ensino fundamental, no qual em um total de 168 capítulos organizados para quatro séries, existem apenas trinta relativos à história brasileira.

Constata-se que o currículo, devidamente trabalhado, possui grande importância tornando-se o meio eficaz de difusão do saber histórico, fazendo-se necessário periodicamente revisá-lo, de forma que se possa atender as expectativas não apenas dos alunos, mas também dos professores, que por sua vez, encontram-se na linha de frente com os discentes e, na maioria das vezes, sentem-se impotentes para propor saídas que se configurem na produção e ou inovação do ensino história, utilizando-se de novas abordagens historiográficas.

Quando abordamos o tema currículo, evidenciamos que algumas formas de conhecimento têm maior longevidade do que outras em nossa realidade, ou seja, a produção e a transmissão do conhecimento histórico envolvem necessariamente, relações de poder, consolidando-se em suas formas históricas de reprodução, ou seja, legitima-se em conhecimento escolarizados e socialmente aceitos.

4 | A IMPORTANCIA DO REPENSAR A HISTÓRIA

A história do ensino de história, na maioria das vezes, passa por análises, sobretudo, referente a temas mais específicos como a história dos livros didáticos e a história dos povos indígenas e africanos a partir da promulgação das leis como as 10.639/2003 e 11.645/2008 respectivamente, as quais contribuíram sobremaneira para difusão dos conhecimentos históricos acerca destas etnias. Entretanto, vislumbra-se que a educação básica ainda não foi contemplada por reformas curriculares que atentem para a inclusão de novas propostas curriculares, ouvindo-se as práticas e experiências dos professores, como também os desafios deste ensino na atualidade, em meio ao processo de globalização, modernização e as graves crises políticas e éticas que se inserem na sociedade atual.

A relação do historiador com o seu objeto de estudo vem sofrendo transformações com o passar do tempo. Se antes os fatos 'reais e concretos' deveriam ser interpretados com objetividade e neutralidade, isto é, sem o olhar subjetivo do narrador; hoje a grande maioria dos historiadores entende que a produção do conhecimento histórico

é bem mais difícil e complexa, envolvendo inúmeras discursões e problematizações acerca do principal instrumento de trabalho, ou seja, as fontes históricas.

As fontes históricas não representam a totalidade dos acontecimentos; existem detalhes, impressões pessoais e subjetivismo que estão presentes entre as fontes históricas e o relato do historiador. Precisamos nos conscientizar, enquanto pesquisadores do ensino de história da necessidade de analisar individualmente e coletivamente as diferenças presentes no objeto de estudo, assim como as memórias representativas desse objeto, refletindo sobre as suas historicidades, suas práticas cotidianas e a busca pela cidadania, que se constituem no objeto do conhecimento histórico.

De acordo com Foucault (2008, p.8):

Digamos, para resumir, que a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos.

A citação acima reflete a mudança ocorrida nos meios historiográficos, mas também indica que a construção dos saberes históricos na prática, através do ensino de história, deve persistir no redescobrir cotidianamente, e esta prática passa pela atenção que devemos dar as perspectivas abordadas nas grades curriculares desta temática, para que o conhecimento nas várias vertentes possa chegar a todos os estudantes, considerando a cultura escolar individualizada e respeitando os espaços multiculturais presentes nas escolas, bem como em cada ser pensante.

A história não pode ser vista apenas como o registro do que aconteceu no passado, pois se vários registros foram feitos, também há de se imaginar que muitos deixaram de ser lembrados, perderam seus rastros ou foram deliberadamente esquecidos. Logo, diante de possíveis evidências pode-se refletir sobre a ideia de que a fonte documental, pura de simples como se apresenta não constitui a verdade inquestionável. É preciso analisar o discurso, ou seja, a maneira pela qual o objeto histórico é produzido discursivamente e a própria forma narrativa com que podem reproduzir ou construir este objeto.

Contudo, a necessidade de várias análises, questionamentos e busca por novos conhecimentos não deve deduzir em ideias de falsidade às fontes documentais, mas que estas são parte de um quebra cabeças que nos dará muita satisfação e surpresas em montá-lo, assim como nos dará a oportunidade de redescobrir, reescrever e recontar a história, buscando novos vestígios, fontes, relatos sobre o fato proposto.

Assim como a história, o currículo não é um mero conjunto neutro de conhecimentos a serem ensinados, isto é, podem ocorrer interesses, ideologias

e formas de disseminação dos fatos que contemple apenas uma parte do contexto histórico em questão. Silva (2012, p. 44) afirma que “O currículo revela e expressa tensões, conflitos, acordos, consensos, aproximações e distanciamentos. É histórico, situado, datado no tempo e no lugar social.”

É preciso explicar aos alunos a importância da história, construindo juntamente com eles os conteúdos curriculares e formando as parcerias que facilitem a assimilação dos saberes históricos, fazendo uma conexão com a utilidade deste contexto para a vida atual destes alunos. Entender as transformações que as sociedades vêm passando no decorrer do tempo requer uma investigação perfeita das fontes históricas.

A história está aberta a novas possibilidades, novos horizontes, e é nesse contexto que as práticas de ensino devem caminhar também, para que sejam melhores entendidas pelos alunos. A história, assim como outras formas de conhecimentos estão sempre se constituindo na sua dinamicidade em novos saberes históricos, isto é, o conhecimento nunca é perfeito ou acabado, ele se reconstrói no nosso cotidiano.

De acordo com Aróstegui (2006, p.487):

É o problema permanente de como ordenar estreitamente a explicação com os fatos. Isto não ocorre, de modo algum, somente com a explicação da história. Um conjunto de fenômenos pode ser explicado de várias maneiras, sem que possamos dizer de nenhuma das explicações que ela seja falsa. Mas, sem dúvida, existem explicações melhores do que outras.

Quando na sala de aula questiona-se para que serve a história, devemos compreender que por trás desta pergunta existe uma constatação evidente: *a necessidade de nos apropriarmos dos conceitos e teorias referentes a esta temática*. Responder a tais indagações, sem dúvidas, requer preparo teórico e metodológico que vai além do domínio simplesmente dos conteúdos curriculares, mas deve-se ter consciência de se apropriar dos conceitos históricos, teoria da história e metodologias aplicadas à história.

Deve-se refletir sobre as teorias que envolvem esta área de conhecimento, ou seja, os conceitos de história que estão em constante processo de mutação necessitando de reflexões de acordo com as correntes de pensamento. O fato de que existem poucos livros sobre teoria da história, em comparação com outras disciplinas como filosofia e literatura, à disposição do público em uma livraria já denota a falta de familiaridade com o tema, visto que muitas obras mostram um fetichismo pela documentação, uma obsessão pelos fatos, e em consequência uma metodologia de “realismo ingênuo”, capaz de projetar-se como barreira, deformando a forma de aprender criticamente, ou seja, entendendo que os acontecimentos históricos são produzidos no decorrer de um processo, podendo este ter longa ou curta duração.

Faz-se necessário ampliar o debate sobre a teoria de história, bem como dotar as bibliotecas das escolas e as públicas de livros que abordem melhor as especificidades dessa teoria, pois como na maioria das vezes, se nos comportamos alheios a

determinadas temáticas, isto se deve em parte ao não conhecimento ou embasamento teórico necessário para fomentar novos questionamentos a cerca dos conceitos que regem a dinâmica do conhecimento. O conhecimento histórico requer a apropriação de conceitos fundamentais para a sua compreensão; aumentando-se a disponibilidade de livros e materiais didáticos referentes à história certamente em curto prazo teremos a solução de muitos questionamentos que são frutos dos distanciamentos teóricos.

Jenkins (2007, p.25) afirma:

O passado e a história existem livres um do outro, estão muito distante entre si no tempo e no espaço. Isso porque o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado diferentemente por diferentes práticas discursivas (uma paisagem pode ser lida/interpretada diferentemente por geógrafos, sociólogos, historiadores, artistas, economistas, et al) [...] Isto pode lhe parecer estranho, é que tendemos a perder de vista o fato de que realmente existe a distinção entre a história – entendida como o que foi escrito e registrado sobre o passado, e o próprio passado, pois a palavra “história” cobre ambas as coisas. Portanto, o preferível seria sempre marcar essa diferença usando o termo “o passado” para tudo o que se passou antes em todos os lugares e a palavra “historiografia” para a historiografia; aqui, historiografia se refere aos escritos dos historiadores. O passado já aconteceu e os historiadores só conseguem trazê-lo de volta mediado por vínculos diferentes como livros, artigos, documentários, etc. O passado já passou e a história é o que os historiadores fazem com ele quando põem mãos a obra.

O mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e que não podemos duvidar que elas existissem, pois correspondem à realidade do mundo ou do passado, presentes no discurso estabelecido, como por exemplo, de acordo com as interpretações, seja do geógrafo, do sociólogo, ou seja, do historiador, uma mesma fonte histórica pode ser explorada em significados de diversas formas, não necessariamente afirmando que uma se sobreponha a outra, mas que elas fazem parte de um mesmo contexto.

Se existe diferença entre o passado e a história e, se o objeto de investigação em que os historiadores trabalham está ausente na maioria de suas manifestações, pois só restam vestígios do passado, existe um limite controlando a pretensão que os historiadores possam ter ao conhecimento. Precisa-se conciliar o passado com a história e dessa necessidade surge três campos complexos teóricos: a epistemologia, a metodologia e a ideologia.

A epistemologia (do grego episteme, conhecimento) se refere ao campo filosófico das teorias do conhecimento.

Jenkins (2007, p.25) afirma:

Portanto a fragilidade epistemológica permite que as interpretações dos historiadores sejam múltiplas (um só passado, muitos historiadores). [...] Mas o que torna a história tão frágil em termos epistemológicos? Existe quatro respostas básicas: _ Nenhum historiador consegue abarcar e assim recuperar a totalidade dos acontecimentos passados, porque o “conteúdo” desses acontecimentos é praticamente ilimitado. Em segundo lugar nenhum relato consegue recuperar o passado tal qual ele era, porque o passado são acontecimentos, situações, etc. e

não um relato. Já que o passado passou, relatos só podem ser confrontados com outros relatos, nunca com o passado.

Contudo, devemos pressupor que se é complicado ter conhecimento de algo que existe, imagine afirmar algo de um tema efetivamente ausente como é o “passado na história”. A história possui a sua fragilidade epistemológica, pois se fosse possível saber de uma vez por todas o conhecimento absoluto, não haveria necessidade dos historiadores estarem repetido a mesma coisa sempre.

As pessoas no presente necessitam de antecedentes para localizarem-se no agora e legitimarem o seu modo de vida atual e futuro. Não que os fatos por si só, do passado legitimem alguma coisa, mas o ponto é que as pessoas sentem a necessidade de enraizarem o hoje e o amanhã em seu ontem. Recentemente, esse ontem tem sido procurado e achado, já o passado se predispõe sustentar incontáveis narrativas, através de mulheres, negros, grupos regionais, minorias diversas, entre outros.

A história é a maneira pela qual as pessoas criam, em parte, suas próprias identidades. Ela é muito mais do que um módulo no currículo escolar ou acadêmico, embora se necessite aproximar a história acadêmica do saber histórico escolar, refletindo como estes espaços educacionais tem importância relevante para todas as partes diversamente interessadas. Jenkins (2007, p. 43) afirma: “Ao fim, a história é teoria e a teoria é ideologia, e a ideologia é pura e simplesmente interesse material”. [...] O problema surge quando o ofício do historiador se insere nas relações de poder;

5 | A CULTURA ESCOLAR DENTRO DA DIMENSÃO ESPAÇO TEMPO

Vários conceitos são utilizados para designar o termo multicultural presentes na cultura escolar, e em todos os aspectos que compreendem o conjunto formador da escola enquanto instituição de ensino, mas também a escola enquanto espaço físico. Neste contexto, os currículos, o livro didático e o perfil dos educadores e educandos se inserem neste conjunto.

Ressalta-se que a cultura escolar não se desassocia do aspecto presente nos dias atuais, pois vivemos em uma sociedade globalizada. Assim, metas deverão ser traçadas, de forma que possibilitem indicar qual o caminho mais flexível que a escola deve seguir no seu cotidiano. O professor deve procurar ter a capacidade de integrar os contextos específicos dos sujeitos dos saberes excluídos, de forma menos partidária e mais como pesquisador, de forma que sejam contemplados no espaço multicultural, presente na escola, os negros, índios, pobres, homossexuais, portadores de deficiência física e mentais, entre outros.

Nos últimos anos, é visível o interesse do Estado e de alguns setores sociais em reconhecer o pluralismo no interior da sociedade brasileira e a educação escolar como espaço de afirmação de identidades diversas. Exemplo disso foi a aprovação da Lei Federal 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que tornou obrigatória nas escolas

de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o estudo da temática “história e cultura afro-brasileira”.

O ensino de história dialoga muito bem com diferentes aspectos das realidades encontradas nas salas de aula, entre as quais podemos citar que existe uma grande diferença entre a diversidade cultural, que é fruto da diferenciação e da singularidade de culturas, e a desigualdade social, produto das relações de exploração capitalista, ou seja, devemos convergir às ações para integrar no espaço provido dos multiculturalismos, de origem étnica e social, acolhendo os seus saberes, suas apropriações de conhecimentos que muitas vezes contribuem sobremaneira para o enriquecimento da temática em discursão no calendário acadêmico da escola.

É no envolverem-se, fazendo parcerias, que se verificam as possíveis realidades sociais encontradas na sala de aula, ou seja, o ensino de história faz as devidas aproximações com o passado distante e o presente próximo, procurando identificar novas formas de conhecimento deixado em aberto, ou não explorados devidamente, seja devido à falta de comprometimento da pesquisa, seja pela contaminação do pesquisador com os interesses ligados aos mais diversos motivos: poder, glamour financeiro ou religioso.

Como afirma Silva (2012, p.47):

O “multiculturalismo” se constitui num movimento, num campo político de embates, de constituição de identidades, no qual as relações de classe, gênero, etnia são relações de poder, autoridade, dominação e resistência na lógica da sociedade capitalista. Logo, não podemos confundir a tolerância em relação às múltiplas experiências de grupos humanos e as lutas sociais pela transformação da sociedade. O respeito à diferença não pode significar o mascaramento ou a omissão perante as profundas desigualdades sociais e econômicas existentes no Brasil.

Neste sentido, é de fundamental importância a diferenciação dos elementos implícitos no conceito do ensino de história em relação à educação multicultural, pois somente a resistência crítica à dominação cultural é capaz de desafiar os processos historicamente tidos como corretos e que se constituem em desafios para estabelecer ordem contrária a esta cultura de dominação.

Diante da complexidade da existência do multi e do pluri, presentes no cotidiano da escola, formando a cultura escolar, torna-se mister que aprofundemos o debate em torno da importância dos currículos acadêmicos e escolares para a construção de uma postura ética e política em relação ao mundo, como também a desconstrução dos discursos antidemocráticos, monoculturais e preconceituosos em relação à classe, raça e religião. Assim, discutir o que ensinar e como ensinar história tem como ponto de partida, ou seja, refletir sobre os currículos, pois estes fazem a mediação entre as relações da escola, o conhecimento e a sociedade.

De acordo com Silva (2012, p. 51):

Concebemos o currículo não apenas como um dos elementos que “guiam”, “orientam” o trabalho da escola, mas também como objeto de interesses e disputas sociais e culturais na prática escolar. Por isso, há uma relação íntima entre o currículo, as práticas pedagógicas e as formas avaliativas à noção de poder exercido pelo controle social e econômico, o que se configura no controle do Estado sobre a escola.

Assim, na perspectiva do ensino de história dentro do espaço multicultural, devem-se estar presentes os anseios de todas as partes envolvidas, isto é, os docentes, discentes, a escola, o Estado e a sociedade, pois, dessa forma certamente se desenvolve o gosto pela história e o estímulo à leitura, observando que os estudantes mudam o seu senso crítico de acordo com a melhoria dos conteúdos abordados, tendo-se em vista à compreensão da realidade que os cercam.

Foram entrevistadas professoras de história e alunos das Escolas Estaduais Monsenhor Macedo e Graciliano Ramos, pertencentes à rede estadual de ensino do Estado de Alagoas, onde se constata que a globalização, o multicultural e o saber histórico escolar estão diretamente relacionados com a realidade atual que vivemos, com a escola que possuímos, com a política que se pratica e por fim com o povo que somos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa encontra-se em fase de andamento, entretanto é notório que na escola pública de Palmeira dos Índios encontremos diferentes cenários presentes na sua estrutura funcional, sejam eles de ordem gestacional e estrutural; sejam também de ordem social. Estes diferentes cenários estão imbricados na cultura escolar de cada estabelecimento de ensino, por isso, em algumas vezes, encontramos grandes diferenças no que se refere aos índices de aprendizagem, comportamentos dos alunos, cumprimentos de metas curriculares e até mesmo na escolha mais adequada dos livros didáticos.

Partindo do pressuposto que a atividade laborativa do ensino de história requer um preparo científico e investimentos de ordem estrutural nas escolas, bem como na carreira dos docentes, faz-se necessário refletir como estes se inserem no cotidiano das escolas dinamizando as suas atividades, pois no outro lado desta realidade encontram-se os discentes, sedentos por um ensino de qualidade, e que na maioria das vezes não são contemplados devido aos problemas advindos da estrutura sócio cultural globalizada em que a sociedade atual se apresenta.

Neste sentido, este trabalho torna-se relevante na medida em que não esgota o debate ou as pesquisas sobre os diferentes cenários encontrados na escola pública de Palmeira dos Índios, mas aponta a necessidade de se aumentar o diálogo entre os diversos segmentos da sociedade visando responder as seguintes perguntas: que escola pública desejamos para os nossos alunos? Quais são os investimentos necessários para alcançar um ensino de história de qualidade?

A partir do intenso debate acerca desta problemática que não se resume apenas nas providências a serem adotadas por parte da escola, mas também Estado, Município e pelos principais seguimentos representantes da sociedade; poder-se-á, estabelecer metas, critérios e objetivos para melhorias a curto, médio e longo prazo.

Assim, pode-se minimizar a ocorrência dos diferentes cenários existentes na educação pública de Palmeira dos Índios, isto é, podemos obter livros didáticos mais eficientes, referenciais curriculares e conteúdos curriculares de história mais próximos à realidade do aluno e do professor; podendo reduzir a distância entre a história pesquisada e a história ensinada e no futuro, espero que próximo, reduzir as desigualdades causadas, especialmente pelo processo de globalização e modernização advindas de um sistema capitalista, consumidor e perverso, que mudou e vem mudando continuamente a sociedade brasileira.

Os desdobramentos desse sistema “globalizado” são as desestruturas sociais causadas pela falta de igualdade de oportunidades para todos, isto é, existe a classe abastada e a outra faminta de oportunidades. Nesse jogo desigual de competição observamos que a escola é parte integrante deste complexo universo, e talvez o único lugar capaz de promover, mediante a convergência de forças, a igualdade de oportunidades.

É oportuno refletir sobre o conjunto de fatos e ações, dentro da cultura escolar em que o ensino de história se insere, dando atenção especial ao currículo, ao livro didático, as metodologias e em como todos estes elementos interagem no processo de ensino e aprendizagem. Torna-se primordial que sejam satisfeitas as exigências do melhor conhecimento do homem no tempo e no espaço, em seu aspecto mais amplo, desde os simples feitos dos camponeses até os mais complexos atribuídos aos renomados intelectuais.

Neste contexto, este trabalho vem contribuir para a compreensão das relações históricas que estão implícitas nos desdobramentos da formação do povo brasileiro. O estudo da historiografia da sociedade brasileira leva ao conhecimento das nossas origens e, é no passado que vamos encontrar muitas respostas, para o melhor entendimento do espaço multicultural, presente na cultura da escola pública em que vivemos.

REFERENCIAS

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: Teoria e Método**. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.

FOUCAULT, MICHE. **A arqueologia do Saber**; tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

JENKINS, Keith. **A história repensada**; tradução Mário Vilela. 3ª ed., 1ª impressão. São Paulo: Contexto, 2015.

KARNAL, Leandro. **História na Sala de aula: conceitos práticas e propostas**. 6ª ed., 4ª

reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA, Marcos. Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido. 4ª ed. Campinas, SP: Editora Papyrus, 2012.

ENTREVISTAS

RODRIGUES, Janaína. **Diferentes cenários: o ensino de história na escola pública de Palmeira dos Índios.** Palmeira dos Índios: professora da Escola Estadual Monsenhor Macedo. 26 Abril. 2016. Entrevista concedida a Dehon da Silva Cavalcante.

VASCONCELOS, Lúcia. **Diferentes cenários: o ensino de história na escola pública de Palmeira dos Índios.** Palmeira dos Índios: professora da Escola Estadual Graciliano Ramos. 27 Abr. 2016. Entrevista concedida a Dehon da Silva Cavalcante

SOBRE A ORGANIZADORA

Denise Pereira: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-455-9

